

RELATO DE EXPERIÊNCIA DA OFICINA: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS COMBATIVAS À VIOLÊNCIA DE GÊNERO DENTRO DA SALA DE AULA

Azure Flora¹
Amanda Bortoluzo²

RESUMO

Este Relato de Experiência traz uma reflexão crítica sobre o projeto de formação ministrado na II Jornada de Educação Popular intitulado “Práticas Pedagógicas Combativas à Violência de Gênero dentro da Sala de Aula”, realizado no ano de 2019 na cidade de São Paulo, com o intuito de estreitar os saberes compartilhados por diferentes segmentos da Educação, como cursinhos populares e alternativos de São Paulo e seu interior. A oficina foi dividida em dois módulos, onde na primeira etapa foram explanadas as referências acerca da construção da história da sexualidade (FOUCAULT, 2001) e os desdobramentos para dentro de sala de aula. Após isso foram dadas questões acerca de possíveis situações que poderiam ocorrer em âmbito escolar. A oficina buscava não estabelecer resultados diretos, mas possibilitar uma melhor análise sobre as causas e a preparação didática dos mesmos. Em função disso, este trabalho é de cunho qualitativo, baseado em informações extraídas da oficina e revisão de literatura sobre o tema. A oficina se baseou na concepção dialética de se construir o conhecimento, fazendo um recorte histórico que introduzisse os educadores a temática, tornando-a assim de fácil compreensão e acesso. A ideologia determina as bases e os caminhos. O objetivo foi capacitar professores que encontram desafios ao instituir práticas pedagógicas contra violência de gênero dentro de instituições escolares, gerando debates sobre a diversidade sexual e de gênero, se pautando na importância deste discurso dentro do cotidiano escolar. É a legitimidade da discussão acerca da sexualidade que está em questão. A possibilidade de ampliar o efeito das ações é pautado numa educação permanente sobre estratégias de combate à discriminação e às lgbtqi+ fobias.

Palavras-chave: Pedagogia Combativa, Formação Docente, Violência de Gênero, Diversidade Sexual.

1 Mestrando do Curso de Educação Comunicação e Cultura em Periferias da Universidade Estado do Rio de Janeiro – RJ, floraif@hotmail.com

2 Mestranda do Curso de Psicologia Social da Universidade Estado do Rio de Janeiro – RJ, @mandabcar@gmail.com

INTRODUÇÃO

Podemos considerar que ainda é embrionário o processo da escola se tornar palco de discussões sobre gênero e sexualidade. Apesar de ser necessário o avanço dessa narrativa, devemos considerar o desencadeamento histórico-socioespacial que resultou em algumas afirmativas conservadoras a respeito deste tema e que expressam a manutenção dos dispositivos de poder (FOUCAULT, 1979) instaurados dentro da instituição escolar.

Sempre que nos indagados acerca do porquê da necessária utilização do ensino de gênero e sexualidade nas escolas, uma parte dos educadores progressistas se apegam à justificativa de que a aprendizagem possibilitará a redução de casos de abusos sexuais infantis dentro e fora dos espaços educacionais, sendo esta umas das consequências positivas do engajamento nessas discussões. Entretanto, apesar de ser de extrema relevância diminuir as taxas exorbitantes de abuso infantil - pois no Brasil são mais de 180 mil crianças vítimas de abuso sexual anualmente e 76,5% dos estupros acontecem dentro de casa (TEMER, 2022) - para além dessa possível diminuição é necessário ambicionar outros horizontes que não legitimem a ordem, mas sim, possam subvertê-la, discutindo a materialidade concreta e os porquês de mazelas como esta afetarem tanto nosso país.

Dentro das escolas, não é de hoje que se observa a existência de projetos de homogeneização dos sujeitos que de alguma forma rompiam com a normativa social, estrutural e estética (ARENDR, 2012).

Pessoas PCDS (Pessoa com Deficiência), pretas, indígenas, amarelas, gordas, lésbicas, gays, bissexuais, crianças transviadas, não binárias de alguma forma não se sentiam pertencentes ao todo, como se não se encaixassem no espaço que foram designadas a ficar (FOUCAULT, 1979). A partir do entrelugar, ou seja, de um arranjo espacial que se caracteriza como fronteira, que não separa, mas aproxima, existe uma busca por representatividade em outras redes (LEAL, 2017). E, no que tange à elaboração de uma inteligência coletiva, se observa o atravessamento que a cibercultura passou a ter neste processo, principalmente a partir dos anos de 1990 (LEMOS, 2002, LÉVY, 2001). Seu território não era mais uma limitação a partir deste contato, mas sim uma potência de não ser mais refém de sua localidade, sendo assim, a imagem dominante da rede de Castells (1999) se apresenta como uma nova figura do poder, algo que se disseminou na América Latina, como ilustra o trecho a seguir:

A rede é um padrão organizacional que prima pela flexibilidade e pelo dinamismo de sua estrutura; pela democracia e descentralização na tomada de decisão; pelo alto grau de autonomia de seus

membros; pela horizontalidade das relações entre seus elementos. [...] a rede opera por meio de um processo de radical desconcentração de poder. (CASTELLS, 2003).

É justamente essa descentralização do poder que possibilitou o avanço dessa corrente identitária que acabou por negar as produções antissistêmicas feministas produzidas desde os anos de 1960, que tinham como intenção o não empoderamento da família, mas sim, o fim da mesma (LEAL, 2017), visto a sua influência na construção social de todas as opressões que serão pontuadas neste artigo.

O feminismo foi sendo extremamente retraído ao eixo externo da instituição familiar, ou seja, tanto as relações radicalizadas, LGBTQIANP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queers, Intersexos e Assexuais, Pansexuais e demais possibilidades de orientações sexuais ou identidades de gênero) e no tocante à prostituição não foram alvo do debate até o resgate das epistemologias decoloniais (PEREIRA, 2012).

Vislumbrar o fim da organização familiar não quer dizer romper com as vinculações de autocuidado e de afeto, mas produzir uma nova estratégia política decolonial exige entender que nosso processo político econômico internacional é de reorganização da divisão do trabalho, onde o Brasil ocupa cada vez mais o lugar de produtor agropecuário para exportação, possibilitando uma retomada intensa das relações coloniais e intensificando também a racialização. O que se atrela ao que vem sendo demonstrado ainda de maneira mais cruel nos últimos anos, nos quais as mulheres negras são as principais vítimas de feminicídio no Brasil, fruto do histórico colonial escravagista: elas representam mais 67% dos casos notificados em 2020, dos quais 61% são de mulheres pardas e 6% pretas, como mostram dados levantados (TEMER, 2022).

Tal argumentação só pode ser compreendida a partir do entendimento lógico da sistematização da categoria gênero diante a força de trabalho que cada sujeito desempenha, o qual diretamente produz a masculinidade tóxica. Masculinidade criminosa e capitalista, que agride, violenta e tira a potência de vida de diversas pessoas. Esta mesma que começa a ser construída na primeira infância, tendo a escola papel fundamental no sentido de ressignificar tais reproduções de violência identitária.

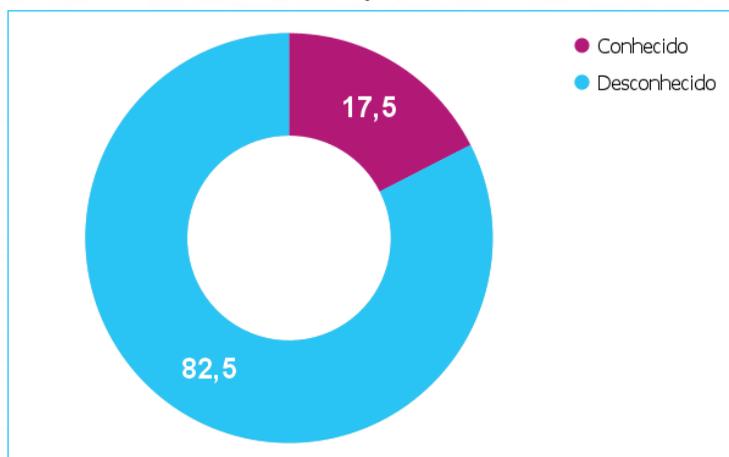
Compreender a função estruturante da família e este sentido concretamente violento nos faz enxergar que quem está neste polo externo a esta instituição irá ter essa violência se expressando em suas necessidades sociais. Para melhor percepção, foram justamente as lutas nos EUA de mulheres negras pelo direito à maternidade, com a intenção de que o Estado pudesse pagar pelo seu trabalho

reprodutivo, que inauguraram a narrativa de que ele se caracteriza enquanto ofício, a partir de uma perspectiva política que apontava para epílogo da família (DAVIS, 2016).

Apesar de ser indispensável o acesso às redes, a fuga por outras perspectivas para além da escola minimizou os desdobramentos das estratégias políticas, esvaziando a pauta, focando apenas em uma ação paliativa para superação dessas violências.

Um exemplo prático foi a inserção de banheiros sem gênero nas escolas. Como resolver essa problemática sem pensar no fator temporalidade? Como superar 4000 anos de exploração misógina e patriarcal de subjugação do corpo feminino em algumas décadas? De que jeito superar o abuso infantil sendo que na maioria dos casos a vítima conhece seu agressor?

Gráfico 1 - Relação vítima e autor



Fonte: Anuário de Segurança Pública 2020

A compreensão da homofobia e a necessidade real em combatê-la é algo recente em nosso território brasileiro. O debate em torno de políticas para a educação que incluam os temas do reconhecimento da diversidade sexual e do respeito a ela vem ganhando espaço aos poucos, nas discussões internacionais também. Porém, mesmo sendo uma discussão recente, pode-se afirmar que existe um movimento importante em sociedades ocidentais - pelo menos naquelas fundadas em uma matriz laica* e democrática - de debate e implantação de projetos e programas de educação sexual que respeitem a diversidade. Podemos colocar de forma sintética que as condições contemporâneas para a emergência da inclusão de um debate em torno da diversidade sexual na educação (no contexto brasileiro) estão associadas à ação dos movimentos sociais LGBTQIA+** (lésbico,

gay, bissexual, transexual, transgênero/travesti, queer, intersexual, assexual e outros), que se fortaleceram no Brasil na virada dos anos 1980/1990 em relação direta ou indireta com a epidemia da aids e com a redemocratização do país.

No desenrolar dos encontros para elaborar o projeto de formação ministrado na II Jornada de Educação Popular intitulado “Práticas Pedagógicas Combativas à Violência de Gênero dentro da Sala de Aula”, realizado no ano de 2019 na cidade de São Paulo, diversos materiais foram trazidos para debate em conjunto, debate este que estruturou a apresentação da Oficina depois. Com o intuito de estreitar os saberes compartilhados por diferentes segmentos da Educação, como cursinhos populares e alternativos de São Paulo e seu interior, o encontro aconteceu durante um fim de semana e foi deveras proveitoso. Os grupos de reflexão com as/os professoras/es evidenciaram a dificuldade de mudança do código moral exercido durante toda a nossa construção, onde se questionava sobre as “verdades” relacionadas à sexualidade e ao gênero era construído como “proibido” - como um dos participantes da oficina relatou. Refletir acerca do que está circunscrito como objeto e/ou repreensível em um contexto heteronormativo remete para o “outro”, como sempre, o “diferente”. Assim se pensando, há uma grande dificuldade dos corpos em incluírem-se na diversidade existente. Se o “outro” é diferente e ruim, porque o serei? A força do dispositivo normativo constrói os corpos e endurece as possibilidades de constituir-se para além daquilo que a norma permite. Tomamos como verdade e cremos ser nossa “identidade sexual e de gênero”, assumida como própria, autêntica, totalmente natural e individual, sem tocarmos ao longo da vida neste assunto.

Quando a norma tem dificuldade de ser reiterada nas performances de gênero e da sexualidade, a necessidade de reflexão parece emergir. Várias/os professoras/es procuraram a formação nessa oficina porque se confrontaram com situações do cotidiano escolar dos cursinhos com as quais não se sentiam habilitadas/os para lidar. Encontramos durante o dia de encontro preocupações éticas, posições políticas, histórias familiares e pessoais que produziram experiências bem elaboradas que, por fim, puderam se somar durante a Oficina.

METODOLOGIA

Pensando na quebra de estigmas sobre o tema sexualidade e gênero nas escolas, elegeu-se como base teórica as reflexões da filósofa Judith Butler. Bem como ela, escolhemos dentre os textos trazidos em conjunto a professora e escritora bell hooks, em especial sua categoria crítica e sua interface com uma educação transgressora/radical como prática da liberdade.

Em função disso, este trabalho é de cunho qualitativo, baseado em informações extraídas da oficina ministrada na II Jornada de Educação Popular intitulado “Práticas Pedagógicas Combativas à Violência de Gênero dentro da Sala de Aula” e revisão de literatura sobre o tema. Assim, contará, sobretudo, com a ajuda de alguns estudiosos da área.

O que se almeja aqui é fomentar a reflexão crítica sobre as diferentes perspectivas pelas quais podemos criar alternativas de enfrentamento e superação do cenário homofóbico que encontramos por entre os muros dos cursinhos e da instituição Escola.

REFERENCIAL TEÓRICO

As teorias educacionais e as inúmeras disciplinas que constituem os cursos de formação docente pouco ou nada dizem sobre as corpos e os prazeres das/os estudantes (HOOKS, 2013). Há uma separação entre professor e aluno. Este último ainda é visto como inferior e passivo, o que em nada poderia contribuir para a aprendizagem em sala de aula. É preciso aprender a transgredir com o modelo de educação bancária (FREIRE, 2018) de forma radical, a fim de avançar em algumas esferas da vida estudantil, sem pré-conceitos. Para que isso aconteça é fundamental romper com certos paradigmas homofóbicos e discriminatórios.

A heterogeneidade e a complexidade das políticas públicas de educação podem ser exemplificadas pela análise de James Sears (2005), onde ele sintetiza que mesmo em contextos diferentes, a base argumentativa de implementação de ações combativas dentro das escolas utiliza enunciados que vem na verdade do campo ao qual pertence a psicologia. Por esta razão, acreditamos que seja importante pensar a articulação destes saberes no interior das políticas públicas também! Nas áreas educacionais, de licenciatura, e, quem sabe, repensar o papel da escola no interior do dispositivo da sexualidade.

A educação escolar pode ser definida como integrante do dispositivo da sexualidade e como agenciadora do biopoder, do controle e da normalização heteronormativa. Onde se constrói a ideia social do “normal” e o “outro não normal” (BUTLER, 2002). Do mesmo modo, a escola pode ser pensada como uma forma fundamental de acesso à igualdade de direitos. Judith Butler sugere que a construção no espaço público da legitimidade de um saber que integre verdadeiramente a diversidade sexual e de gênero em nossas culturas pode nos ajudar a ultrapassar o modo de assujeitamento de incorporação da homossexualidade. Ela afirma que:

Quando certos tipos de perdas são estrangulados por um conjunto de interditos culturalmente prevalentes, nós podemos esperar a emergência de uma forma de melancolia culturalmente prevalente que marca a interiorização do luto ausente e a impossível ligação homossexual. E lá, onde não existe nem reconhecimento, nem público suscetível de nomear e portar tal luto, a melancolia produz graves consequências culturais (BUTLER, 2002).

Se os adolescentes LGBTQIA+ se sentem vulneráveis no seio da escola, é também porque eles o são dentro de suas famílias. Assim sendo, considerando a escola como essencial ao desenvolvimento das crianças, que ali passam uma parte não negligenciável de suas vidas, e que ali devem poder se sentir em segurança e se realizar, qualquer cidadão tem o direito de exigir que o sistema educativo leve em consideração os adolescentes LGBTQIA+, que se encontram hoje sem referências, reconhecimento e/ou em sofrimento (TANHIA, 2004:132).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Educadoras/es salientaram, ao longo dos encontros, que percebiam um diferencial desta formação em relação a outras oferecidas anteriormente, pois a inclusão da discussão das sexualidades não hegemônicas, com a abordagem das travestilidades, transexualidades e bissexualidades, não havia sido feita até então dentro das escolas. Manifestaram seu agrado em relação à discussão jurídica destes temas e a abordagem dos direitos sexuais como direitos humanos. Para muitos/as, estas questões não eram percebidas como uma questão de direitos, mas do âmbito íntimo e individual.

A necessidade do tema foi trazida para o debate, e algumas/uns professoras/es construíram iniciativas de trabalho dentro de suas salas de aula. Acreditamos que as transformações neste campo são lentas, que elas necessitam de apoio oficial mas, mesmo sem ele, as iniciativas pontuais aqui e ali produzem modificações importantes no cotidiano. A escola que passa a respeitar a professora travesti e assume seu nome social mostra que modificações pouco prováveis há dez anos no contexto escolar são possíveis no Brasil atual. A escola sozinha não vai modificar a sociedade, mas o conjunto de ações - no embate político, na mídia, na produção de saberes voltados para este campo, na escola e nos cursinhos - produz a força necessária para construirmos um mundo no qual os direitos não sejam definidos pela hierarquia da moral sexual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Acompanhando toda a discussão e a dura abertura de brechas neste cotidiano enrijecido e naturalizado pela imposição das normas de conduta e de moral, relativas ao gênero e à sexualidade, ouvimos a queixa que permeiam o relato das/os professoras/es: estão sobrecarregadas/os, têm de dar conta de muita coisa, são muito cobradas/os e responsabilizadas/os. O que favorece a falta da procura docente ao tema do combate à violência de gênero nos espaços educacionais.

Acreditamos que a conjugação de estratégias de formação permanente com o trabalho com grupos nas escolas seja uma proposta potente. Não deixar de falar sobre as corpos dentro da sala de aula e seus anseios de vida. Acreditamos que o processo com maior possibilidade de ampliar o efeito das ações de formação passa pela criação de centros de suporte e acompanhamento nas secretarias de Educação para as iniciativas das/os educadoras/es trabalharem sobre pedagogias combativas à violência de gênero dentro da sala de aula.

Existe também a necessidade de que o Ministério da Educação assuma a produção de material “didático” (sejam livros, filmes, sites e afins) que possibilitem às/aos professoras/es ampliar a legitimidade de suas propostas no jogo político interno às escolas.

Projetos como os que construímos estão se propondo a intervir no campo do gênero sem o viés da prevenção da aids ou da gravidez na adolescência. A originalidade destas ações pode indicar o início do reconhecimento moral/social da população jovem não heterossexual construindo assim um lugar para a escola que possibilite o incremento da liberdade e das possibilidades de viver em toda a sua potência, sem os estigmas pré-construídos sobre o assunto e com a possibilidade de construção de saber em comunhão com os alunos.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria Cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. BRASIL. CENTRO REGIONAL DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO. **Pesquisa TIC Domicílios 2019**: principais resultados. 2019.

BOCCATO, V. R. C. **Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação.** Revista Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006.

CARVALHO, L. G. G. C. de. **Direito à informação e liberdade de expressão.** São Paulo: Editoras. Com, 1999.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede.** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CONGRESSO GALEGO-PORTUGUÊS DE GEOGRAFIA. **Por uma nova Geografia.** Portugal, p.179, 2001.

DAVIS, Angela. **A liberdade é uma luta constante.** São Paulo, edº3, p.27, 2015.

DIAMOND, Jared. **Armas, germes e aço.** Rio de Janeiro; São Paulo: Editora Record, p.103, 2000.

EXAME. Temos mais dados do que nunca. Como usá-los a nosso favor? São Paulo, ed. Redação, 2021. Disponível em: <<https://exame.com/carreira/dados-uso-favor/>> Acesso em: 22 de março de 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 58. ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a Pedagogia do Oprimido.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1992, p.245.

FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. **Por uma pedagogia da pergunta.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão.** 37 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade? Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais.** Petrópolis: Vozes, 2000, p. 103-133.

HEBDIGE, Dick. **Subcultura: El significado del estilo.** Tradução: Carles Roche. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica S.A. 2004.

HODGES, C. (et al). **The Difference Between Emergency Remote Teaching and Online Learning.** Educause Review, 2020.

LIMA, Licínio C. **Organização Escolar e Democracia Radical:** Paulo Freire e a Governação Democrática da Escola Pública. São Paulo: Cortez Editora, 2016.

LEAL, Wellthon. **A construção das identidades dos Homossexuais Masculinos a partir do Consumo das Divas Pop.** Dissertação, UFPE, Recife, 2017.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Ed. 34, 1999.

LEMOS, André. **Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** 8. ed. Porto Alegre: Sulina, 2020.

NUNES, Cláudia. **Avaliação da aprendizagem no ensino online: Em busca de novas práticas.** São Paulo: Edições Loyola, fevereiro de 2006, p. 1-201.

MACEDO, R. M. **Escolhas possíveis: narrativas de classe e gênero no ensino superior privado.** Tese (doutorado em Antropologia Social). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

MACEDO, R. M. **Políticas educacionais e a questão do acesso ao ensino superior: notas sobre a deseducação.** Cadernos de Campo (São Paulo-1991), v. 28, n. 2, p. 26-31, 2019.

MATTOS, Amana R. **Para pensar a cisheteronormatividade na psicologia.** Revista Periódicos. Rio de Janeiro, 2020.

MOREIRA, M. A. Mapas conceituais e aprendizagem significativa. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. Porto Alegre, Rio Grande do Sul, 2012.
PEREIRA, Severino; AYROSA, Eduardo. **Corpos consumidos: cultura de consumo gay carioca. Organ. Soc.** Salvador, v.19, n.61, p.67, junho de 2012.

PARREIRAS, Carolina, MACEDO, Renata. **Desigualdades digitais e educação: breves inquietações pandêmicas: Cientistas sociais e o coronavírus.** Florianópolis: Tribo da Ilha, p. 485-500, março, 2020.

SANTOS, Livia Pessanha Boeschstein. **Eu nasci assim: Uma análise subcultural da cultura de fãs de Lady Gaga e Beyoncé no Rio de Janeiro.** Dissertação defendida no Programa de Pós- Graduação em Comunicação da PUC-Rio, 2017.

TURNER, Victor W. **O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura.** Petrópolis, Vozes, 1974.

VELLOSO, Luciana; THIAGO, Ana; SILVA, Karoline. **Práticas Docentes na Cibercultura e o Esperançar de Professoras na Pandemia; Possibilidades Educativas Para Tornar o Inédito Viável.** *Revista Docência e Cibercultura* Rio de Janeiro. v.5, n. 3, p. 152-174, dezembro, 2021.

TEMER, Luciana. Violência Sexual infantil, os dados estão aqui para quem quiser ver. **Anuário de Segurança Pública**, p. 4-11, junho, 2022.

WILLIAMS, Raymond. **Culture is Ordinary in Resources of Hope: Culture, Democracy and Socialism.** Londres, 1968.